



Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA
Assessoria de Programa, Articulação e Municipalização – ASPAM/SEMA

**RELATÓRIO TÉCNICO COMO SUBSÍDIO PARA A REALIZAÇÃO DO 3º
MONITORAMENTO DA FAVORABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL DO ÓRGÃO
MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PRACUÚBA**

MACAPÁ – AP 2022

Copyright© Governo do Estado do Amapá. Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Clécio Luiz Vilhena Vieira
Governador do Estado do Amapá

Taísa Mara Moraes Mendonça
Secretária de Estado de Meio Ambiente

AUTORES

Mário Sérgio dos Santos Ribeiro – Eng. Florestal - Chefe da ASPAM/SEMA

Jessejames Lima da Costa – Técnico da ASPAM/SEMA

Ruimar Monteiro Pena – Técnico da ASPAM/SEMA

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Marcilene Nogueira Moraes - CRB-2/1234 (Bibliotecária/SEMA)

Elaboração do Relatório Técnico

Assessoria de Programa, Articulação e Municipalização – ASPAM/GAB/SEMA

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

Amapá. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Relatório Técnico como subsídio para a realização do 3º Monitoramento da favorabilidade da Gestão Ambiental do Órgão Municipal de Meio Ambiente de Pracuúba / Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Assessoria de Programa, Articulação e Municipalização (ASPAM/SEMA). – Macapá: Sema, 2023.

19 p.: il.

Inclui bibliografia.

1. Gestão ambiental. 2. Relatório Técnico. 3. Município de Pracuúba - Amapá. I. Assessoria de Programa, Articulação e Municipalização (ASPAM).

II. Título.

CDU 2. ed. 504.06

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4-5
2 HISTÓRICO E INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO DE AMAPÁ.....	6-7
3 APRESENTAÇÃO.....	8
4 DESENVOLVIMENTO.....	9
4.1 Informações Gerais do OMMA.....	9
5 ÓRGÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE CAPACITADO.....	10
5.1 Estrutura Organizacional.....	10
5.2 Estrutura Física e de Equipamentos.....	11
5.3 Equipe Técnica e Administrativa.....	11
6 INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL.....	11
6.1 Legislação Ambiental Municipal.....	11
6.2 Conselho Municipal de Meio Ambiente.....	11
6.3 Licenciamento Ambiental.....	11
6.4 Controle Ambiental.....	12
6.5 Fiscalização Ambiental.....	12
6.6 Educação Ambiental.....	12
6.6.1 Biblioteca Ambiental.....	12
7 Transparência das Informações.....	12
8 Delegação de Atividades.....	12
9 Convênio de Cooperação Técnica.....	13
10 Boas Práticas Ambientais.....	13
11 Sistema Eletrônico de Informações.....	13
12 Outras Competências Administrativas.....	13
13 Pressão Externa na Gestão do Órgão.....	13
14 Assessoria Jurídica Ambiental.....	14
15 Fundo de Meio Ambiente.....	14
16 Órgão de Controle Externo.....	14
17 Programa Estadual de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal – PEFOGAM.....	14
18 Rotatividade de Gestor no OMMA.....	14
19 Unidades de Conservação – UC.....	14
20 CONCLUSÃO.....	15-17
REFERÊNCIAS	18
ANEXO: Questionário situacional do OMMA Pracuúba.....	19

1 - INTRODUÇÃO

A capacidade de atuação do Estado na área ambiental baseia-se na ideia de responsabilidades compartilhadas com os municípios, além da relação desses com os diversos setores da sociedade. Essa concepção tem origem na Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, que além de estabelecer conceitos, princípios, objetivos, instrumentos, mecanismos de aplicação e de formulação, institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Com a aprovação da Lei Complementar nº 140/2011, pelo Governo Federal, fixou-se normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção ao meio ambiente, visando à inclusão dos Municípios na gestão ambiental compartilhada. No nível regional o Governo do Estado do Amapá, através da SEMA, promoveu estratégias de atuação com relação à descentralização/municipalização da gestão ambiental. Em 2015 estabeleceu o Programa Estadual de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal – PEFOGAM, apresentando como uma das metas realizar o monitoramento da gestão ambiental municipal a cada 02 anos.

Tendo como marco zero o diagnóstico da gestão ambiental realizado em 2016, o 1º monitoramento feito em 2018, o 2º realizado em 2020, o Estado através da SEMA/ASPAM, vem dando continuidade no acompanhamento da gestão das secretarias municipais do meio ambiente relativas à competência administrativa de proteção ao meio ambiente, com o objetivo de identificar os avanços ou retrocessos na gestão ambiental em todos os órgãos municipais de meio ambiente do Amapá (OMMA's/AP). Dando prosseguimento ao estabelecido no Programa Estadual de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal – PEFOGAM, e conforme estabelecido no art. 7º da resolução COEMA 046/18 – “Caberá a SEMA/AP identificar os municípios que não possuem órgão capacitado ou conselho municipal de meio ambiente” e, comunicar ao órgão estadual licenciador para assumir supletivamente o licenciamento das atividades de impacto local, e ainda no seu parágrafo único que diz caberá à SEMA manter atualizada a lista oficial dos órgãos ambientais municipais capacitados ao exercício da gestão ambiental, devendo informar aos demais órgãos ligados ao sistema de meio ambiente, bem como divulgar no endereço eletrônico da SEMA.

Considerando que é necessário conhecer como os municípios estão atuando na gestão ambiental local, uma equipe formada por técnicos da Assessoria de Programa, Articulação e Municipalização (ASPAM/SEMA), visitou a secretaria municipal de meio ambiente de Cutias do Araguari, no período de 08 a 09 de setembro de 2022, com o objetivo de conferir e confirmar as informações apresentadas no relatório das atividades desenvolvidas no ano de 2021; aplicar questionário para levantamento de novas informações das ações realizadas no ano de 2022 e levantar as comprovações documentais., visando subsidiar a realização do monitoramento do índice de favorabilidade da gestão ambiental do município 2021/2022.

A metodologia de trabalho consistiu em visita ao Município de Cutias do Araguari especificamente às dependências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e reunião de trabalho para se saber como estava sendo conduzida a gestão ambiental local. Reunimos com a equipe técnica tendo à frente a secretária Mônica Mira e o técnico administrativo Alexandre, demonstramos a metodologia que seria utilizada no trabalho que consistiu da seguinte maneira: em função da existência de internet na secretaria, disponibilizamos no e-mail da secretaria o arquivo do questionário situacional. Utilizamos a metodologia participativa no preenchimento das informações utilizando as informações prestadas no relatório de atividades relativas ao ano de 2021 e completando com as de 2022. Inicialmente foi explicado o significado de cada indicador do questionário situacional e posteriormente foi respondido cada questionamento do mesmo. Foram obtidas informações acerca dos seguintes indicadores: OMMA capacitado (possuir equipe técnica, infraestrutura, e conselho de meio ambiente ativo); licenciamento ambiental/controlado ambiental; fiscalização; educação ambiental; transparência das informações; delegação de atividades; convênio de cooperação técnica; boas práticas ambientais; sistema eletrônico de gestão ambiental; outras competências administrativas; pressão externa; assessoria jurídica; fundo de meio ambiente; conselho de meio ambiente; controle externo; PEFOGAM; rotatividade do gestor; UC municipal. As informações levantadas foram condensadas no relatório técnico que subsidiará a elaboração do 3º monitoramento do índice de favorabilidade da gestão ambiental dos municípios do Estado do Amapá.

2 - HISTÓRICO E INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO DE PRACUÚBA



Fonte: Governo do estado do Amapá

turistas à região. Pracuúba também é rico em diversidade da fauna (marrecos, patos do mato, jaburús, guarás, garças, dentre outros) e paisagens naturais.

¹Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/Pracuúba>

Localizado na região central do Amapá, Pracuúba é o município a 280 quilômetros da capital, com acesso pela BR-156 e uma estrada vicinal. Foi criado pela Lei Nº 004, de 1º de maio de 1992. Possui população estimada em **5.370** habitantes e uma área de **4.948,508** km². Faz limite com os municípios de Amapá, Calçoene, Tartarugalzinho e Ferreira Gomes.

A economia baseia-se no setor primário, com destaque para a pesca. Pracuúba se sobressai pela comercialização de diversas espécies de pescado, em especial a gurijuba, que, além da carne, produz a grude (a bexiga natatória), de grande valor de exportação por servir para fabricação de colas e até cosméticos. A agricultura é ainda incipiente, voltada para a subsistência, com arroz, mandioca (farinha) e milho, e extrativismo, com o açai. A atividade pesqueira é bastante frequente nos rios e igarapés do município, principalmente a pesca artesanal de espécies como pirarucú, trairão e tucunaré. A pecuária é um setor que impulsiona a economia do município, destacando-se na criação de bovinos e bubalinos. Grande parte do rebanho abastece os mercados de Macapá. **Turismo** – Passeios e banhos nos lagos e igarapés, além da pesca esportiva atraem inúmeros

MUNICÍPIO DE PRACUÚBA	
População estimada em 2021(hab.)	5.370 pessoas
Área da unidade territorial 2021 (km²)	4.948,508 km²
Densidade demográfica 2010 (hab./km²)	0,77 hab/km²
Código do Município	1600550
Gentílico	Pracuubense
Prefeito:	ANTONIO CARLOS LEITE DE MENDONÇA JUNIOR

Fonte: <http://www.ibge.cidades.gov.br/>

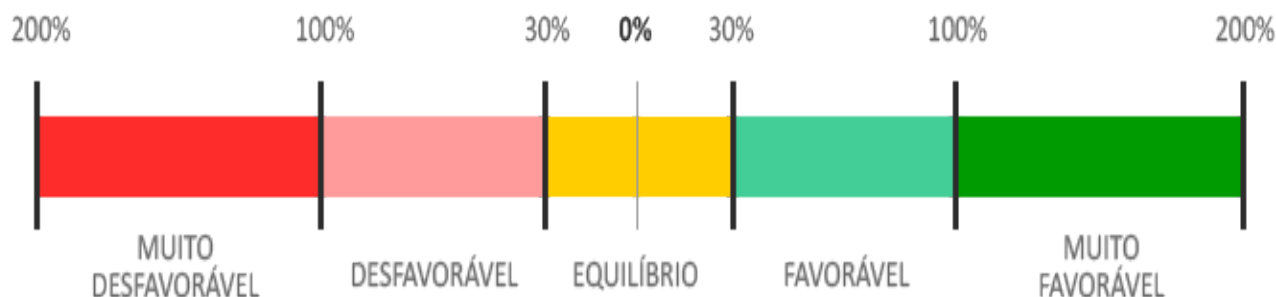
RELATÓRIO TÉCNICO – ÓRGÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PRACUÚBA

3 – APRESENTAÇÃO

Este relatório técnico apresentará o levantamento, descrição e análise das informações e materiais comprobatórios obtidos junto a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Pracuúba – SEMAM, seguindo o estabelecido no questionário situacional dos OMMA's, obtidas na visita realizada no período de 11 à 15 de julho de 2022 e que vai subsidiar a realização do 3º monitoramento da favorabilidade da gestão ambiental das secretarias municipais de meio ambiente dos municípios do Estado do Amapá.

Com relação ao órgão municipal de meio ambiente do município de Pracuúba, inicialmente vale mencionar que o mesmo durante a realização do diagnóstico em 2016, do 1º monitoramento em 2018, do 2º monitoramento em 2020, nos três momentos citados anteriormente, mostraram índices **desfavoráveis** (-45% em 2016 e -37% em 2018 e – 37% em 2020) na gestão ambiental. Aqui vale mencionar que a régua de favorabilidade varia de 0 - 200 negativo e 0 – 200 positivo, conforme demonstrado abaixo. Portanto quando comparamos os 03 índices pode-se afirmar que não houve avanço na gestão ambiental.

RÉGUA DE FAVORABILIDADE - SWOT



4 – DESENVOLVIMENTO

As informações que serão apresentadas levarão em consideração o estabelecido no questionário situacional dos OMMA's/2022, para obtenção e confirmação das informações, bem como, outras que foram obtidas ao longo das reuniões de trabalho, estando às comprovações das mesmas arquivadas na ASPAM/SEMA. O relatório seguirá a sequência conforme abaixo:

4.1 – INFORMAÇÕES GERAIS DO ÓRGÃO AMBIENTAL:

Órgão Ambiental Municipal

Nome: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMATUR

Secretário: **ZILMARA MACIEL PINHEIRO**

End. Prédio da Prefeitura Municipal

Email: prefeiturapracuubaoficial@gmail.com

LOGOMARCA DA SEMMATUR



Fonte: SEMMA TUR/Pracuúba

5 – ÓRGÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE CAPACITADO: É aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados, infraestrutura para o funcionamento do OMMA e o conselho municipal de meio ambiente ativo. Este é o elemento indicador básico, estabelecido na legislação ambiental, lei Complementar 140/2011 e Resolução COEMA 046/2018 que dá a competência ao órgão ambiental municipal atuar no processo de gestão ambiental de impacto local, especialmente no licenciamento ambiental. A partir de então serão os elementos considerados e que serão descritos nos itens a seguir do relatório técnico.

5.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Não foram apresentadas informações atualizadas sobre este aspecto. A seguir colocaremos a estrutura organizacional apresentada no ano de 2016.



5.2 - ESTRUTURA FÍSICA E DE EQUIPAMENTOS– A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMATUR/Pracuúba, funciona em uma sala no prédio da Prefeitura Municipal, em um espaço ainda muito reduzido e com pouca condição de funcionar plenamente um setor que comporta 02 temas importantes na estrutura municipal: meio ambiente e turismo.

Com relação aos equipamentos foi informada a existência de 01 computador e 01 impressora. A pouca disponibilidade de equipamentos e mobiliários compromete um melhor desenvolvimento das ações técnicas e administrativas, especialmente com relação ao espaço para funcionamento dos setores SEMMATUR/Pracuúba.

5.3 – EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA – com relação a este aspecto o questionário situacional informou que a secretaria ainda não possui equipe técnica e nem administrativa. Conta apenas com a Secretária Zilmara Maciel.

6 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

6.1 – LEGISLAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL – Não foi possível ter acesso sobre a existência de alguma legislação sobre a questão ambiental do município e o próprio questionário situacional informou a não existência de código ambiental.

6.2 - CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – O questionário situacional/2022 informou que o conselho se encontra desativado.

6.3 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL – Por ainda não ser um OMMA capacitado, ou seja, não estar apto a desenvolver a gestão ambiental de impacto local, a SEMATUR/Pracuúba conforme informou o questionário situacional não pode emitir nenhuma licença ambiental. Foi relatado que foram expedidas 06 Anências Ambientais(para licenciamentos junto a SEMA).

6.4 – CONTROLE AMBIENTAL – Nenhuma ação realizada, em função do já relatado no item anterior.

6.5 – FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - A SEMATUR ainda não conta com a estruturação dos setores específicos para tratar dos instrumentos de gestão ambiental, tal como a fiscalização, por exemplo. Porém o questionário situacional informou que a Secretaria através da gestora participou da realização de 08 ações junto com o batalhão ambiental e bombeiros.

6.6 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL - A SEMATUR ainda não conta com a estruturação dos setores específicos para tratar dos instrumentos de gestão ambiental, tal como a educação ambiental, por exemplo. Porém foi citado no questionário situacional a existência de participação em 06 eventos, porém sem apresentar detalhes sobre as ações.

6.6.1 – BIBLIOTECA AMBIENTAL - Foi relatado também a não existência de biblioteca ambiental na secretaria.

7 – TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES: Com relação a este aspecto buscamos levantar qual é forma de disponibilização das ações e informações da secretaria, para a comunidade em geral. O questionário situacional informou a disponibilização nas redes sociais, porém sem maiores detalhes.

8 – DELEGAÇÃO DE ATIVIDADES – Indicador busca informação se houve alguma transferência de competência do município para outros entes da federação. Foi levantado que não houve ações de delegação de atividades.

9 – CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - Indicador busca informação se o OMMA realizou algum convênio de cooperação técnica com outros municípios, Estado ou outra entidade. Foi levantado que ainda não houve ação de cooperação técnica.

10 – BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS – São ações em que a secretaria participou no processo de colaboração com a própria prefeitura e com outras secretarias ou entidades. O questionário situacional relatou a participação nas ações de limpeza e mutirões e educação ambiental nas escolas e comunidades. Porém sem apresentar as comprovações das ações.

11 – SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO AMBIENTAL – Nesse momento o OMMA de Pracuúba ainda não possui sistema eletrônico de gestão para controle, documentos, guarda e gerenciamento de acervos. Porém possui os arquivos de maneira física.

12 – OUTRAS COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS – A SEMATUR/Pracuúba, além da parte ambiental, é também responsável pelo Turismo.

13 – PRESSÃO EXTERNA NA GESTÃO DO OMMA – A presente informação se refere às influências que o OMMA sofre por agentes diversos, conforme relatado por ocasião do levantamento das informações, foi relatado que até por ainda não desenvolverem as ações de gestão ambiental na plenitude não existe pressão externa no desenvolvimento das atividades, tanto que na ficha do questionário situacional aplicado foi marcada a opção de nenhuma pressão (5), entre as opções extremas pressão(1);muita pressão(2); média pressão(3); pouca pressão(4); nenhuma pressão(5).

14 – ASSESSORIA JURÍDICA AMBIENTAL – Se refere a existência de um setor exclusivo para tratar dos assuntos de natureza jurídica ambiental no OMMA, o levantamento informou que o OMMA ainda utiliza a Procuradoria do Município na busca do apoio jurídico para as questões ambientais.

15 - FUNDO DE MEIO AMBIENTE – O questionário situacional informou que o fundo está inativo, ou seja, não foram realizadas as ações para sua implementação, tais como regulamentação, abertura de conta e demais procedimentos. O questionário situacional informou que as poucas arrecadações em torno de R\$ 1.200,00 foram destinadas para a conta da secretaria de finanças da Prefeitura.

16 – ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO – Este aspecto está relacionado aos órgãos que tem a missão de fiscalizar os atos da administração pública. No questionário de levantamento das informações foi informado que no período 2021 e 2022 não houve demandas.

17 – PROGRAMA ESTADUAL DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL – Pefogam – É o instrumento que o Estado através da Sema busca apoiar o município através de suas várias metas, foi relatado que a secretária possui um relativo conhecimento da existência do programa, foi citado conhecer apenas o diagnóstico da gestão ambiental realizado em 2016.

18 – ROTATIVIDADE DO GESTOR DO OMMA – Tal indicador busca saber a frequência com que ocorreu exoneração e nomeação do secretário no OMMA no período 2021 e 2022, o questionário situacional apontou que não houve troca de secretário no período.

19 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – UC – refere-se a espaço territorial legalmente instituído pelo município. O Levantamento apontou a não existência de Unidades de Conservação.

20 – CONCLUSÃO –Com relação à avaliação sobre as ações de gestão ambiental da SEMATUR/Pracuúba, temos a pontuar diversas observações:

* Com relação ao órgão municipal de meio ambiente do município de Pracuúba, inicialmente vale mencionar que o mesmo durante a realização do **diagnóstico em 2016, do 1º monitoramento em 2018, do 2º monitoramento em 2020**, nos três momentos citados anteriormente, mostraram índices **DESFAVORÁVEIS (-45% em 2016 e -37% em 2018 e – 37% em 2020)** na gestão ambiental.

* Aqui vale ressaltar que se o município tiver a pretensão em desenvolver a gestão ambiental de impacto local conforme determina a legislação ambiental, precisará tomar decisões e enfrentar os desafios para sair da situação mostrada acima e inicialmente atender o que preconiza o Art.5º, parágrafo único da Lei Complementar 140/2011e art. 5º da Resolução COEMA 046/2018, no que concerne a ter órgão ambiental capacitado (possuir equipe técnica, infraestrutura, e conselho de meio ambiente ativo) como premissa básica para ser considerado como favorável a desenvolver a gestão ambiental, portanto apto a iniciar o processo de licenciamento ambiental das atividades de impacto local:

I – Possuir quadro técnico próprio ou em consórcio, bem como outros instrumentos de cooperação que possam, nos termos da Lei, ceder-lhe pessoal técnico, devidamente habilitado e em número compatível com a demanda das ações administrativas para o exercício da gestão ambiental, de competência do ente federativo;

II - Criar, instalar e colocar em funcionamento o Conselho Municipal de Meio Ambiente;

- Além dos 02 aspectos descritos na base legal, entendemos que para a condução da gestão ambiental se faz necessário à execução de outros instrumentos técnicos e administrativos tais como: licenciamento ambiental, fiscalização, educação ambiental, controle ambiental, fundo de meio ambiente, assessoria jurídica, transparência das informações e etc.

* Por fim apresentamos as análises dos indicadores internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) da gestão ambiental do município de Pracuúba.

ANÁLISE DAS FORÇAS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL	36
FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	27
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL	27
TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES	18
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	12

ANÁLISE DAS FRAQUEZAS

ÓRGÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE CAPACITADO	75
LICENCIAMENTO AMBIENTAL	48
CONTROLE AMBIENTAL	48
SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO AMBIENTAL	36
ASSESSORIA JURÍDICA AMBIENTAL	27

Análise das oportunidades

BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS	36
PROGR. ESTADUAL DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL- PEOGAM	36
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	12
DELEGAÇÃO DE ATIVIDADES	1
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	1

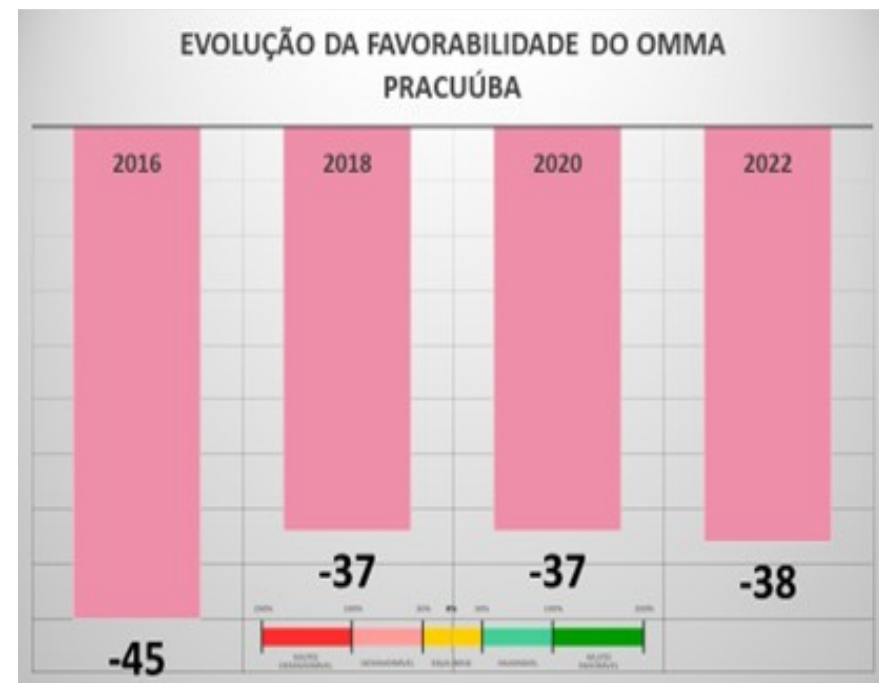
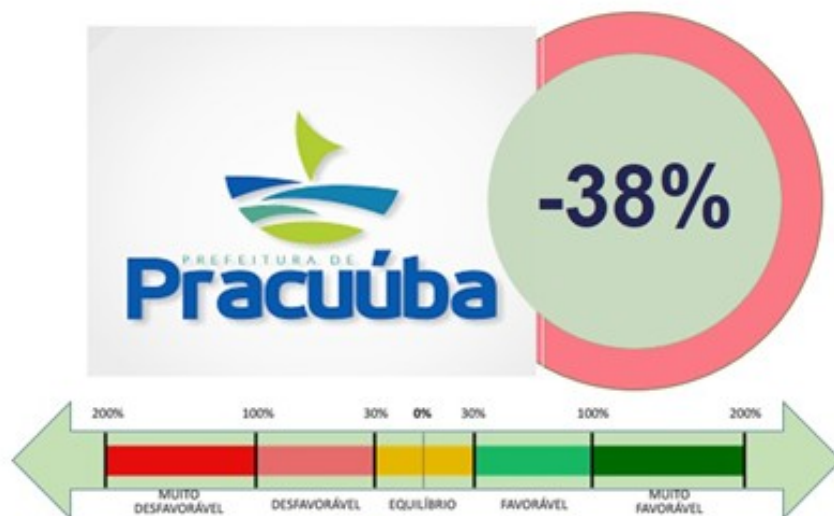
Análise das ameaças

ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO	32
PRESSÃO EXTERNA NA GESTÃO DO OMMA	27
ROTATIVIDADE DO GESTOR DO OMMA	12

O resultado da favorabilidade é gerado a partir da análise geral do cruzamento dos fatores internos e externos, identificando os pontos fortes e fracos; as oportunidades e ameaças. No caso específico do município de Pracuúba observa-se que a intensidade das Forças pontuaram 120, sendo inferior a pontuação das Fraquezas que somaram 234, e a intensidade das Oportunidades com 86 pontos supera as das Ameaças, que pontou 71, com a combinação destes fatores chega-se ao índice de favorabilidade da gestão ambiental de - 38% para o OMMA, este índice desfavorável demonstra que a secretaria municipal do meio ambiente ainda não apresenta capacidade para executar a gestão ambiental de impacto local.

* A seguir apresentamos os gráficos com o atual índice da favorabilidade e da evolução ao longo do tempo.

ÍNDICE ATUAL DA FAVORABILIDADE DO OMMA DE PRACUÚBA



REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Governo do Estado. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/pracuúba>. Acesso em: 13 set. 2022.

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Programa Estadual de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal-PEFOGAM. Macapá: SEMA, 2015.

AMAPÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Diagnóstico da gestão ambiental do município de Pracuúba. Macapá: Sema, 2016. 21 p.

AMAPÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. 1º monitoramento da gestão dos órgãos municipais do meio ambiente/AP. Macapá: Sema, 2018. 53 p.

AMAPÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. 2º monitoramento da gestão dos órgãos municipais do meio ambiente/AP. Macapá: Sema, 2020. 28 p.

AMAPÁ. Resolução COEMA, n. 046, de 14 de novembro de 2018. Dispõe sobre a definição de impacto local, bem como tipificação das atividades e empreendimentos considerados de impacto local de competência dos municípios, e dá outras providências. Macapá, 2018.

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Questionário situacional do OMMA do Município de Pracuúba. 2022. 08 p.

BRASIL. Lei complementar 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, DF, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.cidades.gov.br>.

QUESTIONÁRIO SITUACIONAL DO OMMA PRACUÚBA.

QUESTIONARIO SITUACIONAL DO OMMA DO MUNICÍPIO DE PRACUÚBA

1 resposta

[Publicar análise](#)

ÓRGÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE CAPACITADO.

Identificar o Municipio e o OMMA.

1 resposta

Não possui técnicos e conselho do Meio Ambiente não esta ativo

Listar a Equipe técnica do OMMA, especificando os efetivos e os contratados e a formação.

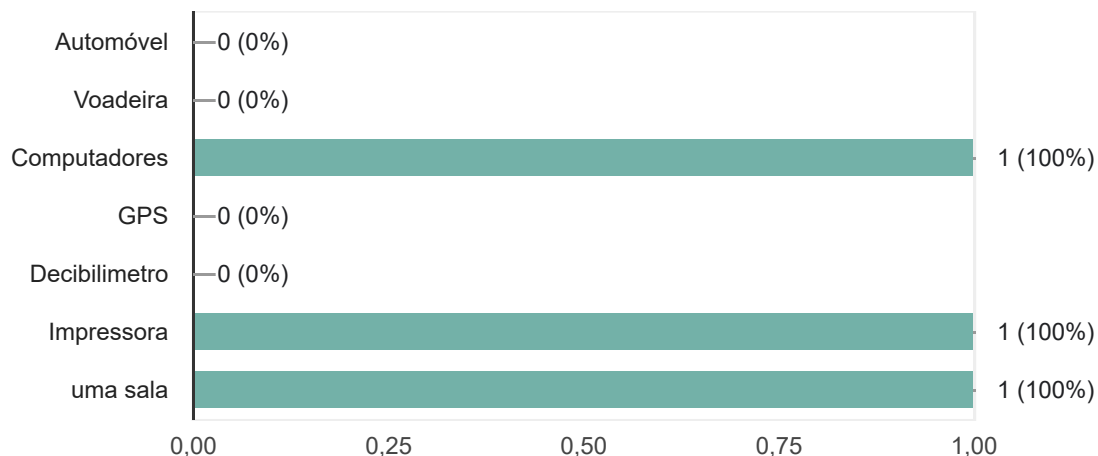
1 resposta

Não temos nem efetivos e nem contratados

Qual a Infraestrutura existente?

 Copiar

1 resposta



O OMMA exerce outras competências administrativas além da política ambiental, como por exemplo: turismo, agricultura, coleta de resíduos etc.

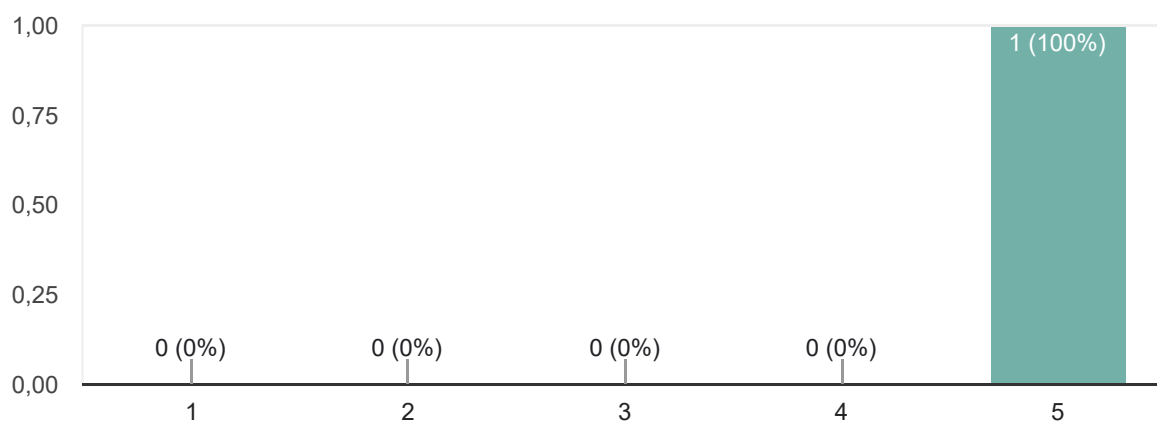
1 resposta

sim, turismo

4. Qual a compreensão do Paragrafo único do artigo 5° da LC 140/2011 e os artigos 5° e 6° da Resolução COEMA 046/2018: 1 Nenhuma copreensão; 2 Compreendo Pouco; 3 Compreendo; 4 Compreendo muito; 5 Compreendo totalmente.

 Copiar

1 resposta

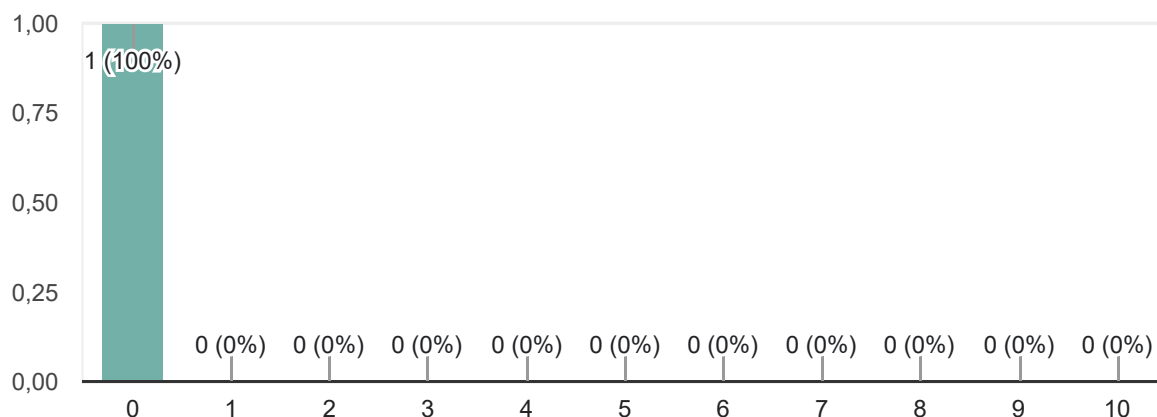


CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Quantas reuniões foram realizadas CMMA

 Copiar

1 resposta



Houve aprovação de resolução, se sim, citar?

1 resposta

Não



LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Quantos processos foram protocolados no OMMA em 2021 até 2022?

1 resposta

Nem Hum

Quantas Licenças Prévia foram expedidas?

1 resposta

Nosso município não expedi licenças

Quantas Licenças de Instalação foram expedidas?

1 resposta

nem hum

Quantas Licença Operação foi expedida?

1 resposta

zero

Quantas Autorizações Ambientais foram expedidas?

1 resposta

zero

Quanta Anuência ambiental foi expedida?

1 resposta

6 seis

Outro tipo de licença

1 resposta

não

CONTROLE AMBIENTAL



Quantas ações de controle foram realizadas?

1 resposta

Nem Hum

No OMMA existe um setor exclusivo de controle ambiental?

1 resposta

Sim

Quantos Relatórios de condicionantes especificam foram entregues no período pelos empreendedores.?

1 resposta

Nem Hum

Houve autuação por não cumprimento de condicionantes? Sim; Não

1 resposta

não

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Quantas ações de fiscalização foram realizadas pelo OMMA? Houve parceria com alguma entidade, como Batalhão ambiental ou outros?

1 resposta

SIM 8 vezes , houve batalhão ambiental, bombeiro

Quantos Autos de Infração foram aplicados?

1 resposta

nem uma

Quantos termos de liberação foram aplicado?

1 resposta

Nem Hum



Termos de interdição aplicados?

1 resposta

Nem Hum

Termos de apreensão aplicados?

1 resposta

Nem Hum

Termo de Advertência aplicados?

1 resposta

um

Termo de Embargo?

1 resposta

Nem Hum

Termo de Demolição

1 resposta

Nem Hum

Notificação ambiental?

1 resposta

duas

Desinterdição ou desembargo?

1 resposta

Nem Hum

Quanto foi arrecadado com aplicação de auto de infração?

1 resposta

nada



Foram firmados Termos de Ajustamento de Conduta Ambiental - TACA se sim, quantos?

1 resposta

Nem Hum

Quantas denúncias foram recebidas e quantas atendidas no período?

1 resposta

denúncias nem huma

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Quantas ações foram realizadas de educação ambiental, em parceria ou não?

1 resposta

6vezes

Existe biblioteca ambiental no OMMA, se sim, quantas visitas ocorreram no período?

1 resposta

não temos biblioteca ambiental

TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES

O OMMA disponibiliza informações por quais meios: Rede social, Site ou outros meios de comunicação?

1 resposta

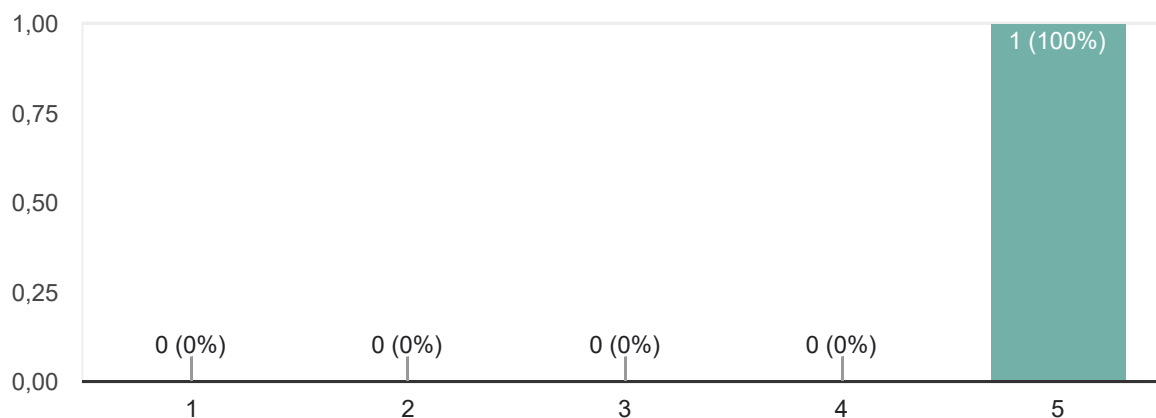
rede sociais



Qual a importancia da disponibilidade das informações pelo OMMA:
Nenhuma importância, pouca importância, média Importância, muita
Importância e totalmente importante.



1 resposta



DELEGAÇÃO DE ATIVIDADE

O OMMA delegou atividades de sua competência? SIM NÃO

1 resposta

sim

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

O OMMA celebrou algum termo de cooperação técnica ou convênio? Sim ou não;

Se sim, Descreva com qual instituição?

1 resposta

não

BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

O município realizou ações de boas práticas ambientais? SIM ou NÃO ;

Se houve ações, citar?

1 resposta

sim, ações de limpezas e mutirões e educação ambiental nas escolas e comunidades

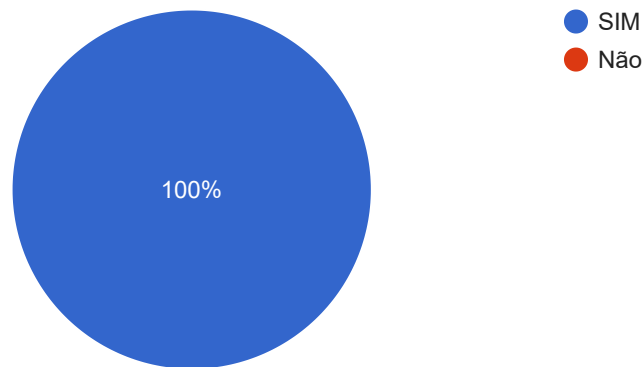
SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO AMBIENTAL



O OMMA utiliza sistema eletrônico de gestão ambiental?

 Copiar

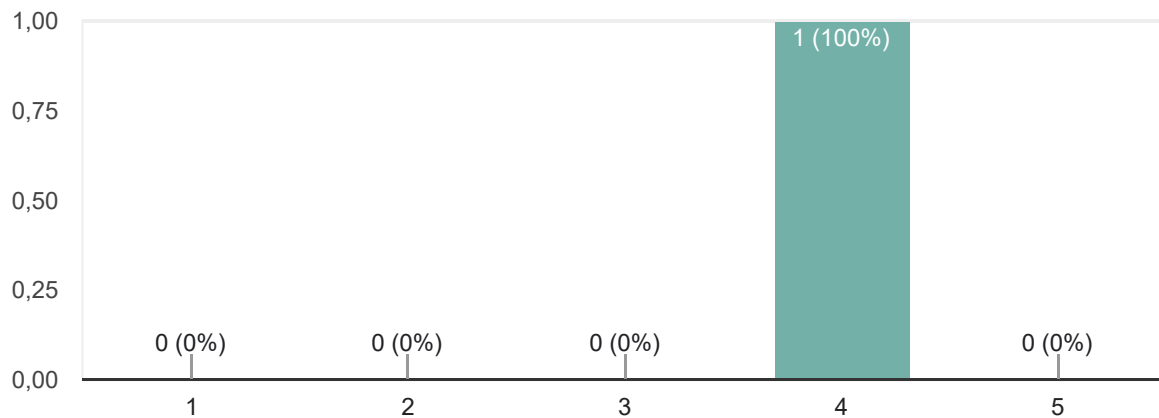
1 resposta



O sistema é de fácil operacionalização pelos servidores? 1- Extremamente difícil; 2- Difícil; 3- Médios; 4 - Fácil e; 5- Extremamente fácil.

 Copiar

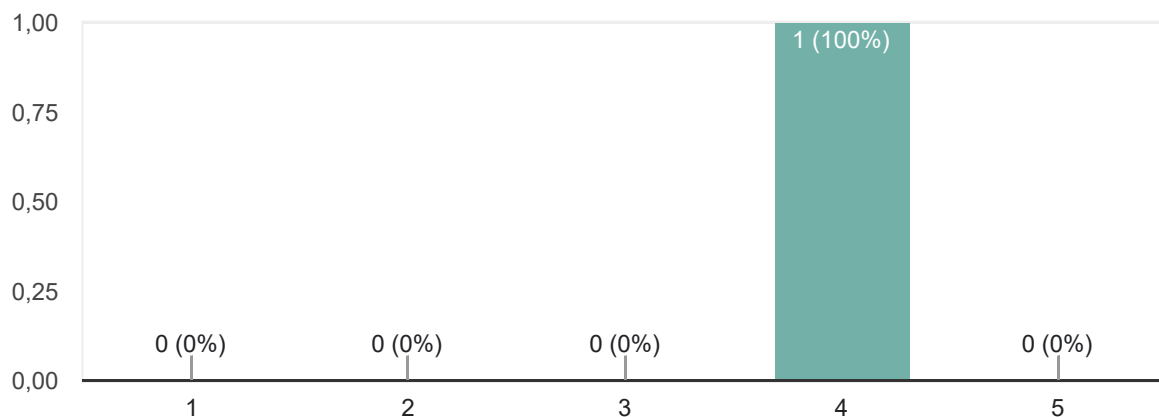
1 resposta



Para o usuários, o sistema é de fácil acesso? 1- Extremamente difícil; 2- Difícil; 3 Fáceis; 4 Muito Fáceis e; 5 Extremamente fáceis.

 Copiar

1 resposta



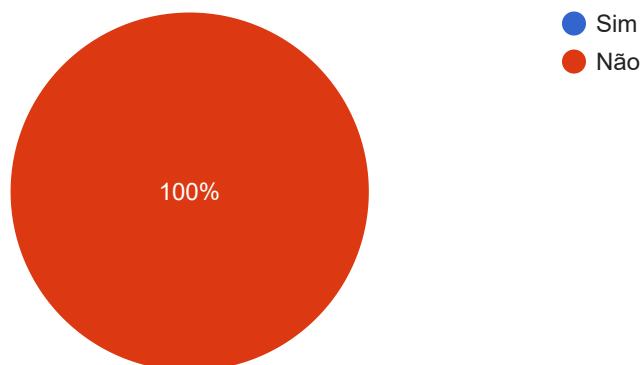
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL



Existe código ambiental no município?

 Copiar

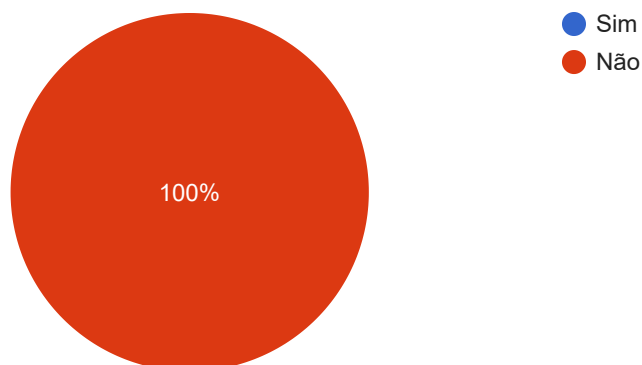
1 resposta



Houve atualização do Código no período?

 Copiar

1 resposta



Houve aprovação resolução, norma supletiva e complementares no município?

1 resposta

não

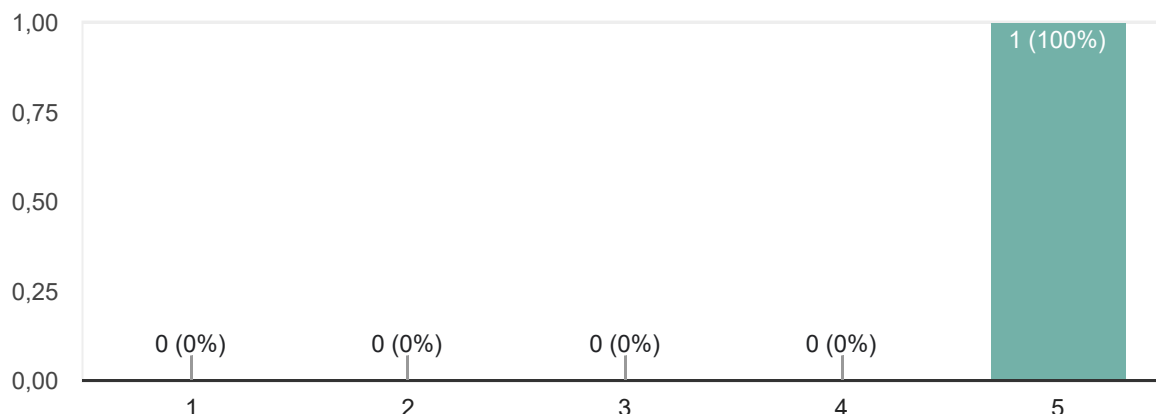
PRESSÃO EXTERNA NA GESTÃO DO OMMA



Qual o grau de pressão sofrida: 1- Extrema pressão; 2- Muita pressão; 3- Média pressão; 4- Pouca pressão e; 5- Nenhuma pressão.



1 resposta



ASSESSORIA JURÍDICA AMBIENTAL

41. O OMMA possui assessoria jurídica ambiental ou utiliza-se da procuradoria geral do município?

1 resposta

utiliza da procuradoria geral do município

FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA

O fundo do meio ambiente está ativo? Se sim, informar dados bancários

1 resposta

não está ativo

Caso o fundo não esteja ativo, qual o destino dos recursos cobrados das taxas e multas pelo OMMA?

1 resposta

para a secretaria de finanças da prefeitura

Quanto foi arrecadado para FMMA no ano de 2021/2022?

1 resposta

1.200,00 mil e duzentos

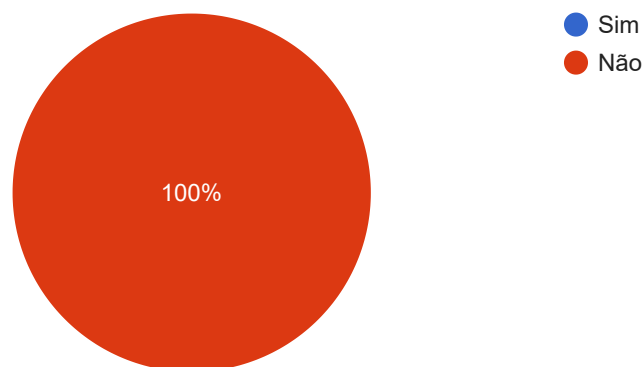
ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO



Houve alguma auditoria, inspeção, recomendação ou outras demandas?

 Copiar

1 resposta



Quantos documentos foram recepcionados e respondidos a órgãos externos?

1 resposta

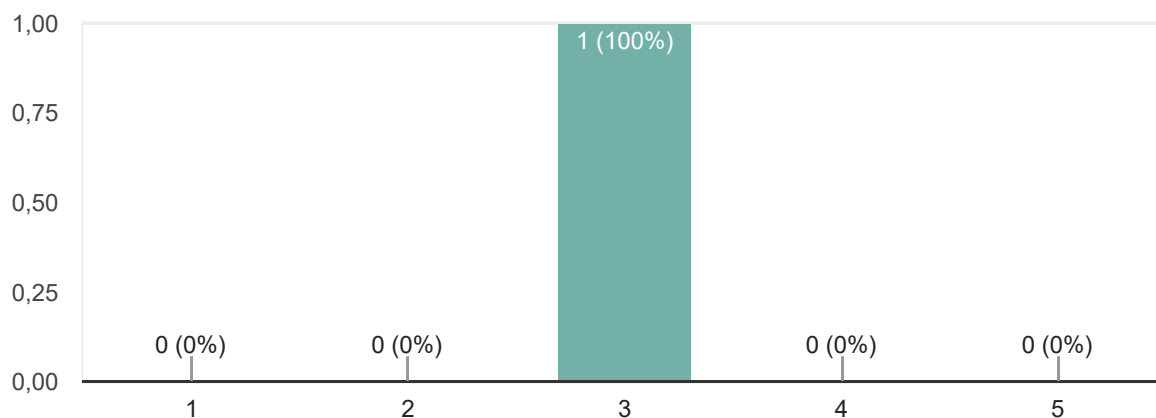
nem documento

PROGRAMA ESTADUAL DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL -
PEFOGAM.

O gestor e a equipe técnica do OMMA tem conhecimento do PEOGAM? 1- Nenhum conhecimento; 2 Pouco conhecimento; 3 - Conhece; 4- Muito conhecimento; - 5- Total conhecimento.

 Copiar

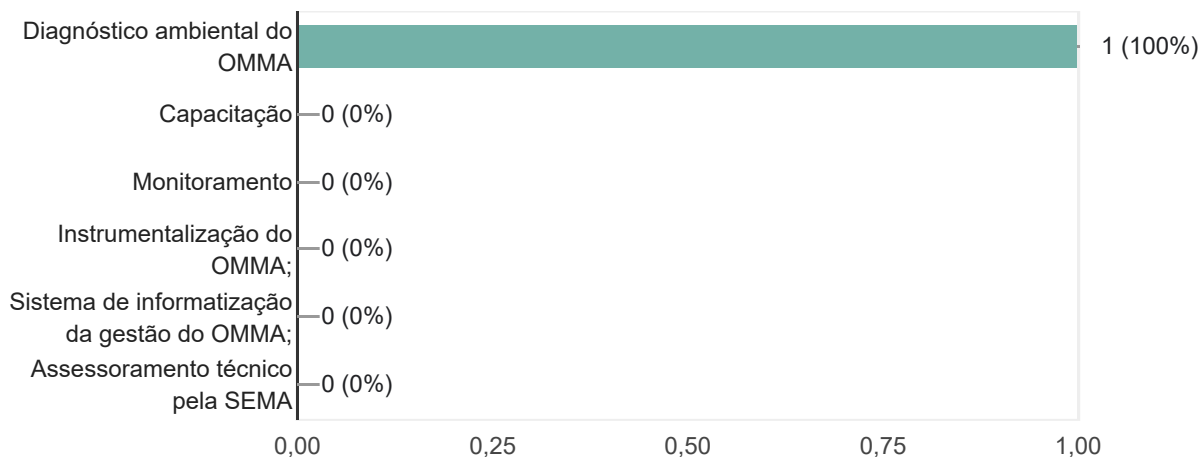
1 resposta



Quais destas metas do PEOGAM foram executadas no OMMA

 Copiar

1 resposta



ROTATIVIDADE DE GESTOR DO OMMA.

Durante o período de 2021 a 2022 houve rotatividades de gestores? Se sim, quantas vezes?

1 resposta

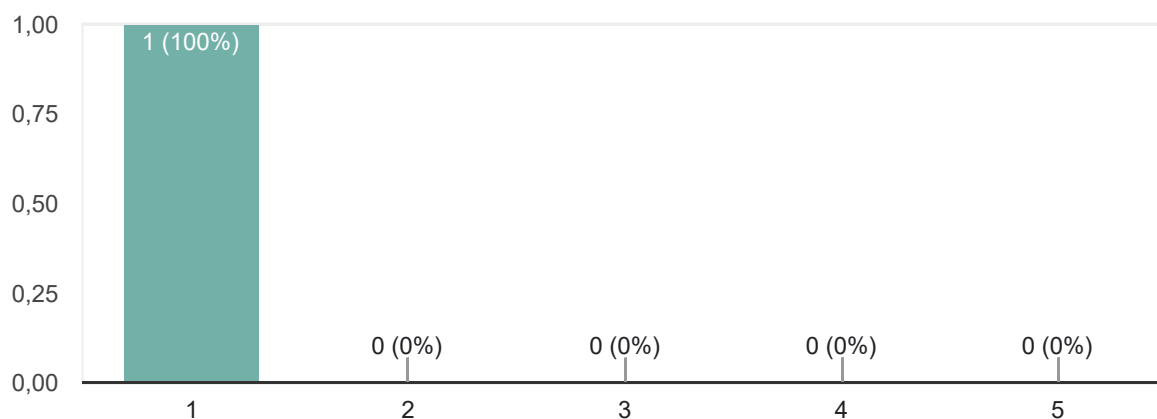
não houve

Para gestão do OMMA a rotatividade foi positiva ou negativa:

 Copiar

1- Extremamente negativo 2- indiferente 3- Positivo 4-Muito positivo e 5- Extremamente positivo?

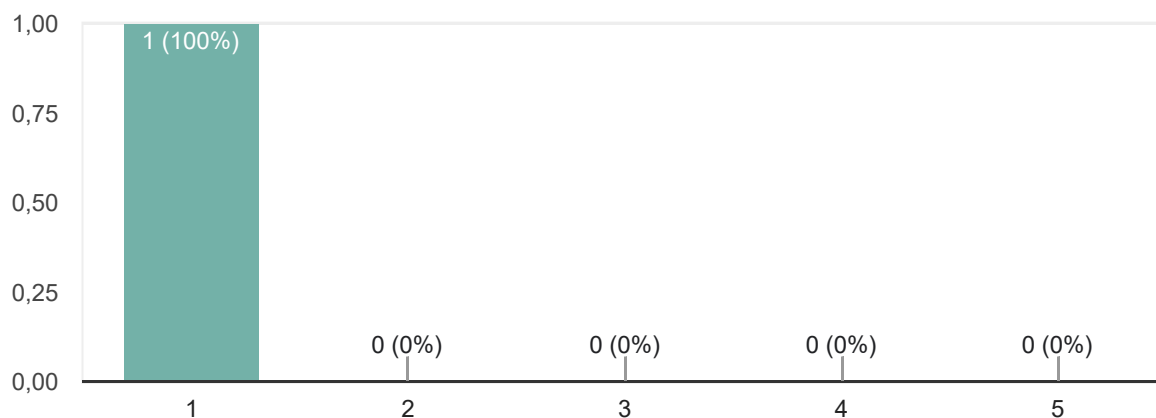
1 resposta



51. Para equipe técnica a (às) a rotatividade foi: 1- Extremamente negativo; 2- Indiferente; 3- Positivo; 4-Muito positivo e; 5- Extremamente positivo?



1 resposta

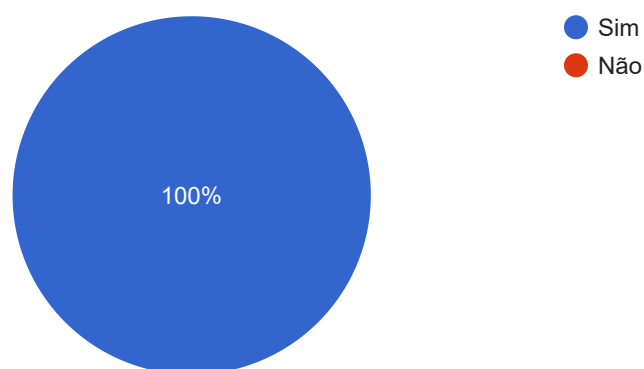


UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL

O município possui UC em seu território.?



1 resposta



qual o instrumento legal da criação da UC?

1 resposta

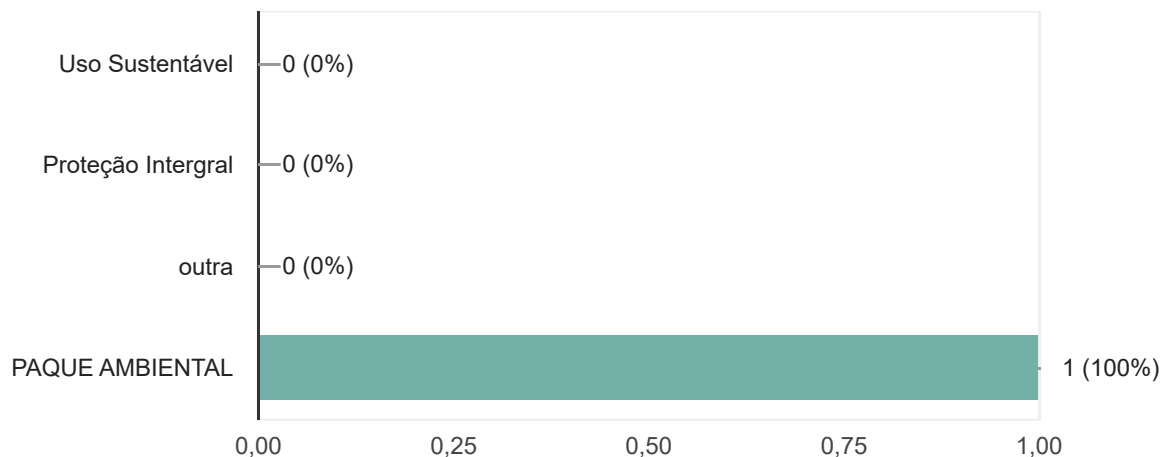
POLICIA AMBIENTAL



Qual a caterogia da Unidade de Conservação?

 Copiar

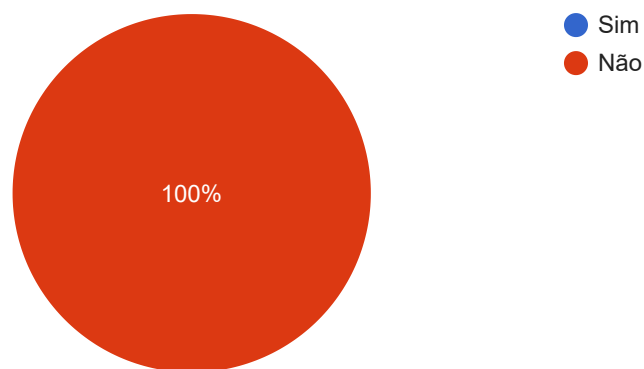
1 resposta



No OMMA existe um setor específico para gerenciar a UC?

 Copiar

1 resposta



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



